

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Impactos do cenário econômico na agricultura. José Roberto Mendonça de Barros – O Estado de São Paulo, Economia. 01/09/2013	3
Estados Unidos animam o campo brasileiro. Márcia de Chiara – O Estado de São Paulo, Economia. 01/09/2013.....	5
Bayer venderá em 2015 sua primeira semente de soja no Brasil. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 05/09/2013.....	6
Selo brasileiro de café estreia no mercado internacional – Folha de São Paulo, Da Deutsche Welle. 06/09/2013.....	7
Soja faz do Brasil prioridade de multinacional alemã. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 08/09/2013.....	9
Irã precisa importar 7,5 mi de t de trigo neste ano—presidente. Yeganeh Torbati – O Globo, Economia. 11/09/2013.....	11
Brasil, África do Sul, China e Índia divulgam resultado de reunião – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/09/2013	11
Brasil libera crédito a ditador do Zimbábue. Patrícia Campos Mello – Folha de São Paulo, Mundo. 21/09/2013	14
Frágil defesa agropecuária – O Estado de São Paulo, Opinião. 23/09/2013.....	15
Embaixador da China propõe novas parcerias com o Brasil na agricultura e pecuária – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/09/2013.....	17
Equador substituirá 80% das plantas de café para elevar produtividade – Valor Econômico, Agronegócios. 26/09/2013	18

**Impactos do cenário econômico na agricultura. José Roberto Mendonça de Barros
– O Estado de São Paulo, Economia. 01/09/2013**

O agronegócio continuará crescendo nos próximos períodos. Entretanto, o cenário a ser enfrentado será um pouco mais difícil. Destaco a seguir os pontos que me parecem mais importantes:

1 - Os EUA vão liderar a recuperação econômica mundial, voltando a crescer sem inflação. Com isso, o dólar continuará a se valorizar frente às moedas emergentes, os juros voltarão a subir e o país vai liderar a atração do fluxo de capitais. Não é fora de propósito a taxa do papel do Tesouro de dez anos atingir 3% até o final do ano.

Para nosso país, a implicação é evidente: continuará a tendência de desvalorização do real e de elevação do custo do crédito para o Brasil. Esse último fator deverá ser reforçado pela provável redução na nossa classificação de risco nos próximos meses. Ressalto que o Brasil continuará com o grau de investimento, apenas no piso mínimo.

2 - A revolução colocada pelo gás de rocha (shalegas) vai implicar na autossuficiência energética dos EUA até 2020. Com isso, existirá uma tendência à queda de preços do petróleo, assim que o risco político do Oriente Médio se reduzir.

Implicações mais importantes desse fato para o agronegócio: o custo de transporte internacional deve cair, bem como o de fertilizantes nitrogenados. Entretanto, o custo do transporte interno seguirá dependendo do controle de preços do diesel. Neste ano, como se sabe, os fretes explodiram pela combinação da elevação nos preços do diesel, pela Lei do Caminhoneiro e pela calamidade do sistema logístico nacional. Dada a desvalorização do real, o transporte local não irá se reduzir.

3 - O rebalanceamento da economia chinesa implica numa redução do crescimento do país, para a faixa de 6,5% - 7,5%. Nessas condições, a demanda de petróleo e alimentos deve se manter positiva, embora o super ciclo de commodities não exista mais. Além disso, o coeficiente de importações de alimentos da China deve continuar a crescer lentamente, especialmente por crescentes importações de milho e, logo mais adiante, de carnes.

4 - O cartel do potássio se rompeu. A empresa russa Uralkali rompeu com a Belaruskali e decidiu vender o produto mais barato. As duas companhias representavam juntas algo como 45% da oferta global. Os preços desse nutriente devem cair logo, passando de US\$ 400 para algo como US\$ 300.

5 - A economia brasileira deverá crescer em torno de 2% até 2015. Ainda assim, a inflação seguirá na faixa de 6%, o que está levando o Banco Central a aumentar a Selic até 9.5%. Como consequência, o custo do financiamento para a expansão das empresas vai crescer, tanto por causas externas como por internas. É indispensável que as empresas do agronegócio sejam cautelosas quanto à estrutura de capital adequada para financiar sua expansão.

6 - A piora do balanço de pagamentos seguirá inexorável. Com isso, temos duas razões para a desvalorização do real: a recuperação americana e o nosso déficit em conta corrente. O dólar dificilmente virá abaixo de R\$ 2,30 neste ano, podendo atingir R\$ 2,40 e R\$ 2,50 proximamente.

7 - As taxas reais de salário deixarão de crescer como no passado recente, fruto da baixa expansão do PIB, da inflação e da perda do valor do real. A pressão da mão de obra será menor.

8 - O BNDES não terá mais a folga orçamentária desses últimos anos. Como consequência, seu crédito ficará mais difícil. Não é demais repetir que as empresas terão de ter muito mais cuidado na equação financeira de suporte ao seu crescimento.

9 - A folga do orçamento público acabou. Depois da eleição, a expansão dos gastos públicos terá de ser muito mais limitada, o que afetará o agronegócio, de diversas maneiras.

10 - A ineficiência do gasto público continuará alta. Poucas são as esperanças de melhora na infraestrutura a curto prazo, inclusive no que tange às concessões.

11 - A safra 2012/13 mostrou os limites de crescimento da produção agrícola no que depende da logística. As regiões mais distantes terão reais dificuldades para expandir a área cultivada e a produção, especialmente da safrinha. O Paraná terá elevado o seu prêmio de proximidade dos portos.

12 - Nas culturas de café, açúcar e laranja, a desvalorização do real provoca alguma queda nas cotações internacionais, o chamado efeito do país grande. Isto reduz em parte o benefício da desvalorização.

13 - Nos outros produtos, a desvalorização será apropriada pelos produtores, melhorando as margens, ainda que parte dos custos sofra aumento. É claro que safras muito abundantes derrubam preços, como é caso do milho neste momento. O inverso seguirá ocorrendo em caso de a oferta curta no mundo continuar a elevar preços, como o que está ocorrendo com o leite.

14 - A explosão no custo de transportes e o congestionamento dos portos machucaram de forma importante os mecanismos de compra antecipada da safra pelos processadores (soja verde, "barter"). Não é possível fazer hedge de custo de transporte e de atraso no embarque de navios. O financiamento do setor (curto e longo prazo) será afetado.

As perspectivas do agronegócio brasileiro continuam muito boas. O mercado global vai continuar crescendo, a desvalorização do real beneficia o setor (cem por cento da receita é beneficiada e apenas parte da despesa é referida ao dólar) e o segmento é o único relevante da economia brasileira que tem na melhora técnica e na elevação da produtividade uma realidade diária. Entretanto, estamos atravessando um período de turbulências que exige certa cautela. Devemos também lembrar que em momentos como

estes, estratégias e modelos de negócios devem ser muitas vezes alterados ou ajustados, o que definirá os vencedores de amanhã.

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS É ECONOMISTA E SÓCIO DA MB ASSOCIADOS

Estados Unidos animam o campo brasileiro. Márcia de Chiara – O Estado de São Paulo, Economia. 01/09/2013

Às vésperas do plantio da safra de grãos, a alta do dólar e a seca, que castiga as lavouras nos Estados Unidos, mudaram o cenário de preços para a soja, que mais uma vez será a estrela do agronegócio. Em apenas 20 dias, a cotação do grão vendido no Porto de Paranaguá (PR) subiu 15% em reais, quase o triplo da desvalorização do câmbio em agosto. Isso deu uma injeção de ânimo nos produtores do Mato Grosso e do Paraná, os principais polos de produção.

"O que era uma safra de incertezas tornou-se uma safra com certa tranquilidade", afirma o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso, Carlos Fávaro. Quase a metade da produção de soja do Mato Grosso de 2014, que começa a ser plantada em meados deste mês, já foi vendida antecipadamente.

A venda do grão antes do plantio é praxe no setor, mas neste ano estava devagar, diante da perspectiva de desvalorização das commodities em geral. "O movimento se acelerou nas últimas duas semanas por causa da combinação dos efeitos da alta do câmbio com os estragos da seca nas lavouras dos EUA", diz Fávaro. O Mato Grosso deve plantar 8,3 milhões de hectares com soja na safra 2013/2014, com aumento de 4% a 5% em relação a ano anterior.

Apesar de não ter tempo hábil para comprar mais insumos nem área disponível, no caso do Paraná, para ampliar o cultivo, os produtores de soja não têm do que reclamar com o novo cenário de preços. Só no Mato Grosso, Estado afetado na última safra pela falta de infraestrutura de transporte e armazenagem, o ganho do produtor aumentou 50% nos últimos 30 dias, nas contas da MB Agro.

Ana Laura Menegatti, analista da consultoria, observa que a margem do produtor do Mato Grosso, que era de R\$ 18,8 por saca de soja no fim de julho, subiu para R\$ 28,1 no fim de agosto, levando em conta os custos, o preço para o produto na Bolsa de Chicago para março de 2014. "A margem para o produtor descontado o custo, que era 60%, subiu para 89%", diz Ana.

Sorte. Na opinião de Fávaro, os produtores de soja foram beneficiados mais por "sorte" do que por "juízo", fazendo referência aos problemas de infraestrutura que continuam sem solução e encarecem os custos, especialmente no Centro-Oeste.

Cerca de 40 produtores de soja da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, de Maringá, no norte do Paraná, e 20 técnicos estão nos EUA checando as condições das lavouras do

Estado de Illinois, que fica no cinturão de grãos. Segundo relatos de produtores americanos à comitiva brasileira, na região de Champaign faz seis semanas que não chove e o calor intenso deve provocar perdas na soja, que foi plantada muito tarde por causa de chuvas. Mas não é só a seca que preocupa. A chegada do frio em setembro no Hemisfério Norte pode trazer geadas e afetar a produção.

Por causa desse fatores, os produtores de soja dos EUA da região visitada esperam colher entre 90 a 110 sacas por alqueire, quando o normal é 160 sacas, informa a Cocamar.

O último relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) aponta que a safra de soja dos EUA, o maior produtor mundial, será de 89 milhões de toneladas.

Ana Laura, da MB Agro, diz que a consultoria trabalha há algum tempo com a estimativa de 88 milhões para a safra americana, mas já apareceu no mercado projeção de 82 milhões, que colocaria mais pressão nos preços.

Bayer venderá em 2015 sua primeira semente de soja no Brasil. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 05/09/2013

Após realizar duas aquisições neste ano no mercado de sementes brasileiro, a Bayer CropScience (divisão agrícola da multinacional alemã) se prepara para levar ao mercado brasileiro a sua primeira variedade de soja em 2015 --um ano depois do lançamento global da marca, em 2014.

A expansão do negócio de sementes de soja e de trigo foi apresentada nesta quinta-feira (5) no encontro anual da companhia com a imprensa em Monheim (Alemanha), como a principal estratégia da Bayer CropScience para a América Latina nos próximos anos.

Com faturamento anual de aproximadamente € 2 bilhões, a região representa cerca de 20% da receita global da companhia. Também é quem apresenta o ritmo mais acelerado de crescimento, de aproximadamente 15% ao ano, segundo Mathias Kremer, responsável global por estratégia da BayerCropScience.

A nova semente de soja, batizada de Credenz, deverá oferecer tecnologias para proteger as lavouras de insetos específicos ou tornar a oleaginosa tolerante a herbicidas. "Mas ainda estamos avaliando qual 'trait' (tecnologia) será inserido na primeira semente a ser lançada", disse Liam Condon, presidente global da empresa.

Como a soja transgênica já representa mais de 80% do mercado brasileiro, a tendência é que a nova soja da Bayer também apresente essa tecnologia.

A Bayer CropScience tem uma atuação incipiente no mercado de sementes de soja brasileiro, dominado pela Monsanto. Mas espera elevar a sua participação de mercado dos tímidos 0,5% atuais para "dois dígitos" em dez anos, disse Kremer.

A empresa vem se preparando há anos para dar um salto no mercado de sementes. Em 2010, comprou a CVR, de Rio Verde (GO), e no ano seguinte adquiriu a Soytech, de Goiânia (GO) --ambas com amplo banco de dados na área. Em março deste ano, comprou o banco de germoplasma da Agropastoril, empresa de Cascavel (PR), e a unidade de sementes de soja e a divisão de melhoramento genético da Wehrtec em Cristalina (GO).

E mais negócios virão. "Continuaremos investindo em nosso negócio de soja por meio de aquisições na América Latina", disse Condon. A companhia também investe na construção de estações de pesquisa voltadas para a soja em Londrina (PR) e Sinope (MT), além de já trabalhar com mais uma em Tocantins e duas em Goiás que vieram das aquisições.

Questionado sobre como brigará com a Monsanto no mercado brasileiro de sementes de soja, Kremer disse que a estratégia para conquistar os produtores é oferecer a melhor genética e soluções integradas aos produtores.

Para as sementes de trigo, a previsão é de que as primeiras variedades entrem no mercado em 2015.

INVESTIMENTO GLOBAL

A Bayer CropScience também anunciou hoje a expansão do seu programa de investimentos para o período de 2013 a 2016 em € 1 bilhão de euros, para € 2,4 bilhão.

A maior parte desse valor será destinada à Europa e aos Estados Unidos, onde a companhia vai construir uma fábrica do herbicida Liberty (glufosinato de amônio), que controla a resistência de plantas daninhas ao herbicida mais utilizado nas lavouras americanas, o glifosato.

A nova unidade, que demandará € 380 milhões, deve iniciar as operações no quarto trimestre de 2015.

Nesse mesmo ano, a Bayer CropScience espera atingir faturamento anual de € 10 bilhões, ante os € 9 bilhões estimados para 2013. O ritmo mais lento de crescimento do que a taxa de dois dígitos anual registrada nos dois últimos anos deve-se ao cenário menos otimista para os preços das commodities agrícolas. "O setor é cíclico, é natural que isso aconteça. Mas precisamos manter uma visão de longo prazo e continuar a investir", disse Condon.

Selo brasileiro de café estreia no mercado internacional – Folha de São Paulo, Da Deutsche Welle. 06/09/2013

A empresa líder no comércio de café na Alemanha, Tchibo, é a primeira estrangeira a testar o selo Certifica Minas Café, o único desenvolvido por um governo. A companhia não revela a quantidade do grão negociada por questões de concorrência de mercado. O

produto brasileiro embarca em outubro rumo às 77 lojas da marca espalhadas pelo país europeu.

"A Tchibo trabalha com todas as certificações de sustentabilidade e a Certifica Minas é a primeira realmente boa certificação local que nós conhecemos. Por isso, nós queríamos prová-la e também mostrar ao governo de Minas Gerais que existe mercado internacional para selos bons e sérios", afirmou Philip von der Goltz, gerente de conceitos de pesquisa na compra de café da Tchibo, em entrevista à DW Brasil.

Um terço do café consumido no mundo vem do Brasil, e Minas Gerais é o maior produtor nacional. Para atender a demanda estrangeira por artigos produzidos de forma sustentável, o governo mineiro lançou uma certificação própria. Ainda pouco popular no país, as certificações garantem ao consumidor padrões de qualidade, sustentabilidade, direitos trabalhistas e processo de produção.

A promessa do selo mineiro é garantir ao consumidor que o produto tem qualidade e foi cultivado de forma sustentável. "Ele assegura que o processo de produção respeitou questões sociais, mais especificamente, a legislação trabalhista e também a legislação ambiental", diz Niwton Castro Moraes, coordenador de café da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais.

VÁRIOS MODELOS

Além do Certifica Minas, existem outros selos que determinam qualidade, origem ou o processo de produção de bens consumo. No Brasil, para o café, há selos de indicação geográfica, como o Região do Cerrado Mineiro, o Norte Pioneiro do Paraná e o Região Serra da Mantiqueira, além dos de qualidade, como os da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic) ou da Associação Brasileira de Cafés Especiais.

No cenário internacional, os mais conhecidos são o Fairtrade, o Rainforest Alliance ou programas do Código Comum para a Comunidade Cafeeira 4C. Essas certificações estabelecem padrões de sustentabilidade, parecidos com os do selo mineiro.

"As principais diferenças são as abordagens específicas e objetivo principal do selo. O Fairtrade busca comércio justo, remunerando melhor o produtor, o Rainforest verifica padrões de preservação da natureza, os selos da Abic estão focados na qualidade da bebida e da pureza do café", diz Nathan Herszkowicz, diretor executivo da Abic.

Ainda assim, a grande maioria dos brasileiros, ou seja 75%, não conhecem essas certificações.

CAFÉ COM MAIS VALOR

Segundo Moraes, o Certifica Minas abre mercados internacionais para os produtores, além de agregar valor econômico ao produto. Mas diferentemente de alguns selos que estabelecem um preço mínimo de venda, o mineiro deixa essa negociação nas mãos dos cafeicultores.

Em 2012, 1.643 produtores estavam credenciados no programa, desses 52% são propriedades de agricultura familiar. A meta da secretaria para esse ano é aumentar esse número para 1.750.

Os produtores que têm interesse de integrar o programa recebem apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que assessora tecnicamente, presta consultoria sobre questões agronômicas e também orienta a adequação da propriedade para atender as exigências da certificação.

Após a visita da Emater e antes da auditoria final externa, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) faz uma vistoria para verificar se as propriedades foram adequadas de maneira correta. A inscrição no programa é gratuita.

Soja faz do Brasil prioridade de multinacional alemã. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 08/09/2013

O crescimento da produção de soja no Brasil fará do país o principal mercado para a Bayer CropScience, divisão agrícola da multinacional alemã.

"O Brasil é o número 1 em crescimento no mundo e o mercado mais importante para a Bayer atualmente", disse Liam Condon, presidente global da companhia, em entrevista à Folha.

Para o executivo, o país deixou há tempos o status de emergente quando o assunto é agricultura.

"Quando quero provocar algum executivo da empresa na França, digo que a agricultura francesa parece mais uma casa de bonecas perto da brasileira", brincou Condon, que é irlandês. "O Brasil não é emergente, é uma potência agrícola com inovação e tecnologia de ponta".

O agronegócio é o principal mercado da Bayer no Brasil, com uma participação de 56% na receita total do grupo alemão no país, de R\$ 5,7 bilhões em 2012.

No ano passado, o Brasil representou 13% do faturamento global da Bayer Crop-Science, que foi de € 8,4 bilhões (o equivalente a R\$ 22,7 bilhões, considerando a cotação do euro ao final de 2012).

Condon não menciona números ao falar sobre a expansão, mas diz que "em breve" o país deve ultrapassar os EUA, maior produtor de soja do mundo, como o principal mercado para a Bayer Crop-Science. No ano passado, a América do Norte respondeu por aproximadamente 25% das vendas da empresa.

Motivado pelo aumento da demanda por proteína nos países emergentes, principalmente na China, o esperado crescimento da área cultivada com a oleaginosa no Brasil está ditando os próximos passos da companhia.

"Estamos fazendo investimentos significativos na aquisição de germoplasmas e desenvolvendo estações experimentais em diferentes regiões produtoras do país para desenvolvermos nossas sementes de soja", afirmou.

Forte na venda de defensivos agrícolas, a Bayer tem presença incipiente no mercado de sementes.

Para ganhar corpo nesse segmento, a companhia realizou, nos últimos três anos, quatro aquisições de empresas do ramo no país -duas no primeiro trimestre de 2012.

NOVA SOJA

O primeiro resultado desse trabalho chegará ao produtor em 2015, quando a Bayer deve levar ao mercado brasileiro uma nova semente transgênica de soja.

A empresa ainda avalia qual tipo de tecnologia será inserida na semente -se a soja será mais resistente a determinados insetos ou a herbicidas, por exemplo. Mesmo assim, acredita ser possível levar o produto ao mercado em dois anos.

Batizada de Credezz, a nova família de sementes de soja da Bayer -a primeira com tecnologia desenvolvida pela empresa- deverá marcar uma nova fase desse setor, hoje dominado pela norte-americana Monsanto.

"Estamos entrando realmente para competir com o líder", disse Alfonso Ordóñez, líder global de sementes de soja da Bayer CropScience.

A empresa planeja elevar a sua participação no mercado de sementes de soja no Brasil do tímido 0,5% atual para "dois dígitos" em dez anos, segundo Mathias Kremer, responsável global por estratégia da empresa.

CONCORRENTES

Mas a Bayer não se movimenta sozinha. A norte-americana Dow AgroSciences e a alemã Basf (esta em parceria com a Embrapa) também preparam sementes que possam ser alternativas à soja transgênica da Monsanto, presente em 90% das lavouras brasileiras.

A morosidade na aprovação de novos produtos para o campo no Brasil não preocupa a alemã.

"Todo o processo regulatório no Brasil prolongou-se nos últimos anos, o que nos incomoda. Mas isso não é necessariamente negativo, porque no final do processo haverá um produto mais seguro para o ambiente, para o agricultor e para a saúde do consumidor", diz Kremer.

Irã precisa importar 7,5 mi de t de trigo neste ano—presidente. Yeganeh Torbati – O Globo, Economia. 11/09/2013

Reuters

DUBAI, 11 Set (Reuters) - O Irã vai ter que importar 7,5 milhões de toneladas de trigo neste ano, disse o presidente do país, Hassan Rouhani, em comentários publicados nesta quarta-feira, explicando que isso se dará por conta de deficiências no setor agrícola.

"Quando se trata de produtos básicos como trigo, cevada, arroz e milho, temos deficiências", disse a agência de notícias Mehr, citando uma entrevista do presidente a um programa da televisão estatal na noite de terça-feira. "Infelizmente neste ano, das 10 milhões de toneladas de trigo que precisaremos, vamos importar 7,5 milhões."

Rouhani disse que o governo vai ouvir as queixas de alguns agricultores de que o preço de compra garantido oferecido pelo governo está menor do que o preço que eles poderiam obter através da exportação de sua colheita, e que o seu governo iria estudar o assunto.

Ele descreveu a segurança alimentar como uma questão estratégica para o Irã em um momento em que o país enfrentava sanções.

Ele acrescentou que prefere que os agricultores iranianos forneçam seus produtos ao país a um preço menor do que custa para importá-los. "Este é o caminho a seguir", disse Rouhani.

Brasil, África do Sul, China e Índia divulgam resultado de reunião – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/09/2013

Países torcem pelo êxito da Conferência do Clima de Varsóvia

DA REDAÇÃO

O documento final da 16ª Reunião Ministerial sobre Mudança do Clima do Grupo Basic – formado por Brasil, África do Sul, China e Índia – realizada em Foz do Iguaçu (PR), nos dias 15 e 16 de setembro, foi divulgado nesta terça-feira (17/09). Durante o encontro, as ministras do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, e da África do Sul, Edna Molewa, assinaram acordo de cooperação entre os dois países para promover iniciativas conjuntas de conservação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável. Também participou da reunião o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink.

Confira a íntegra do documento:

“1. A 16ª Reunião Ministerial sobre Mudança do Clima foi realizada em Foz do Iguaçu,

Brasil, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2013. A reunião contou com a participação de Sua Excelência a Senhora Izabella Teixeira, Ministra de Meio Ambiente do Brasil; Sua Excelência o Senhor Eduardo dos Santos, Ministro Adjunto de Relações Exteriores do Brasil; Sua Excelência o Senhor XieZhenhua, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China; Sua Excelência a Senhora Edna Molewa, Ministra de Águas e Assuntos Ambientais da África do Sul; Sua Excelência o Doutor V. Rajagopalan, Secretário do Ministro de Meio Ambiente e Florestas da Índia. Em conformidade com a abordagem “BASIC-plus”, Argentina, Fiji (Presidente do G-77 & China), Paraguai, Peru e Venezuela também estiveram representados na reunião.

2. Os Ministros declararam seu pleno comprometimento com um resultado exitoso da Conferência do Clima de Varsóvia e empenharam seu apoio ao Governo da Polônia para a consecução de um resultado abrangente e equilibrado em Varsóvia, em um processo aberto e transparente, inclusivo e conduzido pelas Partes.

3. Os Ministros reafirmaram que o processo e resultado da Plataforma de Durban para Ação Aprimorada (Durban Platform for Enhanced Action - ADP) deveriam ser orientados pelos princípios e dispositivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e com eles concordar.

4. Os Ministros ressaltaram a necessidade de uma abordagem equilibrada entre todos os pilares da Plataforma de Durban – mitigação, adaptação, financiamento, qualificação, desenvolvimento e transferência de tecnologia, transparência nas ações e apoio. Nesse sentido, enfatizaram que um resultado ambicioso da Plataforma de Durban deve se calcado não apenas em mitigação, mas deveria abordar também os outros pilares de maneira equilibrada e abrangente.

5. Os Ministros comprometeram-se a contribuir com um resultado justo e eficiente do Grupo de Trabalho 1 da Plataforma de Durban. Consideraram que justiça e eficiência só podem ser atingidas ao se assegurar os princípios de igualdade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e suas respectivas capacidades, como consolidado no Artigo 3.1 da Convenção. Nesse contexto, enfatizaram a necessidade de comprometimento de todos os países, e uma ação aprimorada em todos os pilares da Plataforma de Durban. Os Ministros lembraram que a responsabilidade pela mudança do clima, como contemplada pela Convenção, é de todos os países, diferenciada de acordo com sua contribuição histórica ao problema urgente que agora enfrentamos, levando-se em conta as circunstâncias, capacidades, populações e necessidades de desenvolvimento nacionais, no contexto do acesso equitativo e desenvolvimento sustentável.

6. Os Ministros concordaram que as negociações da Plataforma de Durban deveriam se concentrar nos dispositivos a serem incluídos em um protocolo, outro instrumento legal ou resultado acordado com força de lei dentro da Convenção. Os Ministros consideraram que tais dispositivos deveriam estar em plena observância com os princípios e estrutura da Convenção.

7. Os Ministros consideraram que é importante para a Conferência do Clima de Varsóvia incentivar as Partes a realizar consultas e preparativos domésticos no contexto das negociações da Plataforma de Durban.

8. Os Ministros consideraram que uma ambição maior por parte dos países do Anexo-I não deve se limitar à adoção ou reconhecimento de quaisquer abordagens baseadas em mercado.

9. Em relação ao Grupo de Trabalho 2 da Plataforma de Durban, os Ministros reforçaram que a lacuna nas ambições pré-2020 deve ser tratada principalmente por meio da implementação do segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto e do resultado do Plano de Ação de Bali. Os Ministros reiteraram sua preocupação com a inadequação dos compromissos atuais de países desenvolvidos em termos de redução das emissões e oferta de apoio financeiro e tecnológico. Os Ministros observaram que garantir maior apoio financeiro, tecnológico, e de qualificação para ações de mitigação e adaptação por parte dos países desenvolvidos para as Partes de fora do Anexo I é essencial para aumentar a capacidade de curto prazo dos países em desenvolvimento de contribuir com a luta global contra a mudança do clima.

10. Os Ministros apelaram pela rápida ratificação das emendas do Protocolo de Kyoto que estabelecem o segundo período de compromissos, enfatizando a importância de se revisar e aumentar a ambição dos Objetivos Quantificados de Limitação e Redução das Emissões (QELROs) em 2014, além de aumentar a ambição de compromissos análogos dentro do mesmo prazo pelas Partes do Anexo I que não estiverem participando desse período.

11. Os Ministros reiteraram a necessidade da plena implementação de decisões prévias da COP/CMP, inclusive por meio da abordagem da lacuna de financiamento pré -2020 e da definição de um caminho claro para a consecução do objetivo de financiar US\$ 100 bilhões por ano até 2020. Os Ministros também enfatizaram a importância de uma operacionalização e capitalização precoce e substantiva do Fundo Verde do Clima.

12. Os Ministros ressaltaram a questão crítica da oferta de apoio adequado e previsível, por parte dos países desenvolvidos, à implementação das atividades de REDD-plus (parágrafos 70 e 71, decisão 1/ CP. 16), incluindo uma coordenação melhor do apoio financeiro. Eles apelaram a todas as Partes da UNFCCC que cheguem a um acordo durante a COP-19 sobre os pagamentos com base em resultados aos países em desenvolvimento que estão implementando atividades de REDD-plus, incluindo a conservação e aumento dos estoques de carbono. Os Ministros enfatizaram a necessidade imperiosa de que o REDD-plus garanta integridade ambiental, e nesse sentido, salientaram que os pagamentos com base em resultados não devem ser usados para compensar os compromissos com mitigação dos países do Anexo I.

13. Os Ministros reafirmaram a importância do multilateralismo, ciência e equidade na abordagem da mudança do clima de acordo com os princípios e dispositivos da Convenção, e expressaram sua preocupação com medidas que tentem contornar o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas e suas respectivas capacidades. Nesse sentido, eles reiteraram que a discussão sobre Medidas com Base nos Mercados, da Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO), incluindo medidas tomadas em jurisdições nacionais, devem ser totalmente compatíveis com os princípios consolidados na UNFCCC e seu Protocolo de Kyoto, e devem se calcar em acordo mútuo e participação voluntária. Os Ministros ainda reiteraram sua forte oposição a quaisquer medidas unilaterais na área da aviação civil, bem como quaisquer intenções semelhantes em outros setores.

14. Os Ministros concordaram que os hidrofluorcarbonetos (HFC) devem ser tratados fóruns multilaterais relevantes, orientados pelos princípios e dispositivos da UNFCCC e seu Protocolo de Kyoto. A disponibilidade de alternativas seguras e técnica e economicamente viáveis e a oferta de recursos financeiros adicionais por parte de países desenvolvidos também deve ser levada em consideração.

15. Os Ministros reafirmaram o compromisso dos países do BASIC à unidade do G-77 e China e manifestaram seu apoio ao fortalecimento das posições de países em desenvolvimento nas negociações da UNFCCC por meio do G-77 e China.

16. Os Ministros acolheram a oferta da China para sediar a 17ª Reunião Ministerial do BASIC no quarto trimestre de 2013.”

Brasil libera crédito a ditador do Zimbábue. Patrícia Campos Mello – Folha de São Paulo, Mundo. 21/09/2013

O Brasil está concedendo uma linha de crédito de US\$ 98 milhões (cerca de R\$ 215 milhões) do BNDES para o governo do ditador Robert Mugabe no Zimbábue (África).

O recurso é parte do programa Mais Alimentos Internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com esse crédito, o governo do Zimbábue poderá comprar equipamentos agrícolas (tratores, máquinas, material de irrigação, terraplenagem) de indústrias brasileiras e repassar a agricultores do país.

Entidades de direitos humanos apontam para o histórico de corrupção do governo Mugabe, há 33 anos no poder, e o perigo de o crédito brasileiro dar sustentação a um regime cujas eleições recentes foram contestadas.

Além disso, a agricultura familiar do Zimbábue está no centro da polêmica e violenta reforma agrária que Mugabe iniciou no ano 2000.

Ele confiscou sem indenização as terras de agricultores brancos, que historicamente tinham uma concentração desproporcional da propriedade fundiária.

Grande parte foi repassada a aliados políticos sem experiência no campo.

O processo teve vários episódios de violência contra fazendeiros. E o resultado foi uma queda significativa nas safras do país, que passou a importar alimentos e depender de ajuda externa.

Um dos principais problemas foi que, sem títulos de propriedade da terra, os agricultores não conseguiam acesso a crédito para comprar equipamentos agrícolas.

Dentro do Mais Alimentos, também receberão crédito Senegal (US\$ 95 milhões), Gana (US\$ 95 milhões) e Cuba (US\$ 210 milhões).

Um total de US\$ 470 milhões do BNDES, modalidade do Proex (Programa de Financiamento à Exportação), foi aprovado para o Mais Alimentos Internacional.

Os empréstimos para o Senegal só serão possíveis porque o país teve suas dívidas perdoadas pela presidente Dilma Rousseff este ano. O programa inclui capacitação de agricultores.

"É importante que possamos ajudar esses países a acabar com a fome", diz Marco Antônio Viana Leite, diretor do Mais Alimentos. "Reconhecemos que há problemas, mas não dá para excluir o país por causa disso."

O dinheiro não pode ser concedido diretamente aos agricultores. Precisa ser de governo para governo, porque o Zimbábue é de alto risco para crédito, diz Leite.

Segundo ele, o governo do Zimbábue se compromete a repassar as máquinas apenas para agricultores familiares. "Temos como controlar se ele está desviando as máquinas, o MDA fará fiscalização", diz.

"Trata-se de dinheiro público, do BNDES, para um governo que tem um histórico de violações de direitos humanos e corrupção", diz Camila Asano, coordenadora de Política Externa da Conectas.

"Não achamos que esses países devam ser isolados, mas é preciso ter uma discussão ampla sobre salvaguardas para esse crédito."

Para o governo, o Mais Alimentos é uma maneira de transferir tecnologia para agricultura familiar e ao mesmo tempo ajudar empresas brasileiras a exportar.

Frágil defesa agropecuária – O Estado de São Paulo, Opinião. 23/09/2013

No momento em que recebe uma importante missão técnica da União Europeia, tem de estar pronta para receber outra em outubro (esta da Rússia) e se prepara para participar da conferência mundial da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), marcada para

dezembro em Foz do Iguaçu (PR) - para a qual é esperada a presença de delegações de mais de 100 países e, por isso, poderá, se realizada com o êxito desejável, tornar-se uma importante vitrina para o sistema brasileiro nesse campo -, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) vive duas graves crises que ameaçam paralisar suas atividades. Qualquer uma delas já seria grave; sua simultaneidade as torna particularmente virulentas. Uma das crises é política; outra, financeira.

O risco de paralisação de algumas das atividades normalmente desenvolvidas pela SDA foi apontado no mês passado por seu antigo titular, o médico veterinário e fiscal federal agropecuário Ênio Marques, em memorando ao secretário executivo do Ministério da Agricultura (ao qual a SDA está vinculada), José Gerardo Fontelles. No documento, Marques apontava o dia 15 de agosto como o prazo-limite para a definição do orçamento da SDA para 2013.

Do total de R\$ 204 milhões reservados no Orçamento de 2013 para a SDA, até o mês passado tinham sido empenhados R\$ 101 milhões. Mas não é só a lentidão do governo do PT na liberação de recursos que asfixia financeiramente o órgão. Como outros órgãos federais, a SDA foi afetada pelo contingenciamento de recursos orçamentários de R\$ 10 bilhões determinado pelo governo Dilma. Do orçamento do Ministério da Agricultura foram congelados R\$ 499 milhões.

Já em agosto se apontava para o risco de paralisação de serviços essenciais de responsabilidade da SDA, como a fiscalização agropecuária em portos e aeroportos, as auditorias do Serviço de Inspeção Federal e o acompanhamento de missões estrangeiras que vêm ao Brasil para a habilitação de estabelecimentos exportadores de produtos agropecuários (além das missões da União Europeia e da Rússia, dezenas de outras têm viagem programada para o Brasil até o fim do ano).

Trata-se, como se vê, de atividade essencial para o comércio exterior de produtos agropecuários. Recorde-se que o agronegócio vem alcançando grandes saldos na sua balança comercial, o que tem evitado resultados ainda piores do que os registrados nos últimos meses pelo comércio exterior brasileiro.

A defesa agropecuária também desempenhou papel destacado no combate à febre aftosa identificada em 2005 e, em seguida, na luta pela suspensão de embargos à carne brasileira que vinham resultando em perdas para a pecuária nacional.

Além de não ter recebido resposta de seus superiores, o antigo titular da Secretaria de Defesa Agropecuária foi demitido pouco depois de apontar os problemas financeiros do órgão. Sua substituição por uma pessoa escolhida de acordo com critérios políticos e sem conhecimento específico da área - o atual titular, advogado Rodrigo Figueiredo, foi indicado pela bancada do PMDB na Câmara - deu origem à crise política.

Fiscais federais agropecuários rebelaram-se contra a escolha do novo titular da SDA, iniciaram uma operação-padrão em agosto, chegaram a paralisar suas atividades e pedem também recursos para normalizar as atividades do órgão e a contratação de

profissionais. Só um mês depois de iniciarem o movimento eles conseguiram ser recebidos pelo ministro da Agricultura, Antônio Andrade. Até agora, nada foi decidido.

Como se já não tivesse problemas suficientes, a SDA agora começa a enfrentar outro. Por causa da suspensão dos repasses de recursos para a realização, por órgãos estaduais, de parte dos serviços de defesa agropecuária, governos estaduais ameaçam devolver essa tarefa para o governo federal.

Os Estados assumiram essas tarefas há dois anos. Em troca, receberiam recursos federais, cuja liberação foi suspensa ou é muito lenta. Ironicamente, em junho, a Secretaria de Defesa Agropecuária havia feito uma reunião com representantes estaduais justamente para, com os Estados, fortalecer o sistema de defesa agropecuária.

Embaixador da China propõe novas parcerias com o Brasil na agricultura e pecuária – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/09/2013

“O relacionamento entre o Brasil e a China está vivendo seu melhor momento, com nossas relações comerciais cada vez mais consistentes, mas queremos muito mais, a partir de novas parcerias na agricultura e pecuária”. Foi o que afirmou o embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, durante encontro de trabalho com a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, na sede da entidade em Brasília.

Ao destacar a importância do relacionamento comercial entre os dois países, a presidente da CNA aproveitou a oportunidade para convidar formalmente o embaixador para participar do Seminário AgroInvest Brasil/2013, a ser realizado nas cidades de Pequim e Xangai, na China, em novembro próximo.

“Espero que o Seminário seja importante elo para a efetivação de bons negócios não apenas entre os dois governos, mas também para os empresários brasileiros”, assinalou a senadora.

Economias complementares – Durante a reunião, da qual participaram vários presidentes de federações de agricultura e pecuária dos estados e diretores da CNA, além de uma graduada equipe de técnicos e conselheiros da embaixada chinesa, Li Jinzhang fez uma longa exposição sobre a situação atual da economia de seu país e as relações comerciais com o Brasil.

O embaixador afirmou que as duas economias são complementares, especialmente na agricultura e pecuária. Li Jinzhang lembrou que seu país importou do Brasil 57 milhões de toneladas de soja, em 2012, e previu que “o volume de importações vai crescer porque a demanda interna por alimentos na China será cada vez maior”.

A presidente da CNA considerou valiosas as informações prestadas pelo embaixador. Ela avalia que a Confederação e o governo brasileiro estão prontos para colaborar com o

fortalecimento do comércio bilateral entre os dois países dentro do princípio da reciprocidade.

Equador substituirá 80% das plantas de café para elevar produtividade – Valor Econômico, Agronegócios. 26/09/2013

QUITO - O Equador planeja substituir mais de 80% de sua lavoura de café nos próximos oito anos, com o objetivo de elevar a produtividade e a resistência das plantas a doenças, como o fungo roya.

Javier Villacis, um representante do Ministério da Agricultura do país, disse hoje que o governo antecipou gastos de US\$ 120 milhões para a substituição de plantas e o fornecimento de tecnologia, apoio técnico e outros serviços. A meta é devolver o Equador à lista dos maiores produtores mundiais de café, onde estava duas décadas atrás.

Atualmente, o país tem cerca de 200 mil hectares cobertos com café, 42% dos quais afetados pelo fungo roya. Os agricultores acrescentam que a produção foi reduzida também devido ao envelhecimento das plantas e às mudanças climáticas, entre outros fatores.

O plano de renovação inclui 105 mil hectares da variedade arábica e 60 mil hectares de robusta.

No ano passado, os equatorianos produziram em torno de 630 mil sacas de 60 quilos de café, em relação às quase 2 milhões de sacas de 1990. Para 2013, o país espera ofertar mais de 400 mil sacas.

Em agosto, as vendas externas de café do Equador recuaram 37% ante julho, segundo dados da Anecafé, associação que representa os exportadores locais do grão.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa